

SEM o emocionalismo dos colegas brasileiros, envolvidos pelo clima eleitoral, mas com a experiência de quem, há dez anos, acompanha mais de uma dezena de planos de estabilização nos quatro cantos do mundo, o economista americano Rudiger Dornbush traçou de seu escritório no MIT, em Massachusetts, um quadro bastante favorável ao real.

Assessor informal do presidente Clinton no início de seu governo, Dornbush considera quase inquestionável o sucesso do Plano Real, que tem como base fortes reservas internacionais, solidez da balança comercial, moeda competitiva e bem montada mecânica de desinflação, cujo sucesso já é aparente.

Ele arrisca que o plano vai sustentar a vitória de Fernando Henrique Cardoso, tornando possível um mandato para mudanças mais profundas nas finanças do país e na gerência do setor público. Prevê ainda que a queda da inflação a menos de 50% ao ano será o ponto de partida de enorme *boom* econômico no próximo ano, com aumento do emprego.

Esse *boom* será mais duradouro se o presidente eleito fizer o saneamento do setor público. Para o professor do MIT, "o único problema do Brasil é governo; no momento em que ele for reformado, o país estará pronto para crescer", garante com redobrado otimismo.

Para ele, é importante que os sindicatos e os empresários se ponham de acordo em que a recuperação do nível do emprego é mais importante do que a reposição das perdas salariais acumuladas no processo inflacionário. Ele adverte para o que houve no

plano de estabilização do México, quando a ênfase inicial na reposição das perdas salariais onerou os custos de produção, sobrevalorizou o câmbio e afetou a competitividade das exportações e o próprio nível de emprego.

Em sua opinião, a reforma das estruturas do Estado deve envolver a criação de um sistema eficiente de arrecadação, no qual os impostos devem ser moderados e onde todos pagam. México e Chile mostraram que essa mudança cultural pode ser aplicada na América Latina, mediante a institucionalização da moralidade fiscal, a descentralização eficiente dos órgãos públicos e a credibilidade do governo.

Outra prioridade, segundo Dornbush, é levar a sério o processo de privatização. Ele critica a lentidão do programa no Brasil: "Mais lento até do que na Coreia do Norte." E justifica a ênfase na privatização: o setor público não é "organização democrática", prevalecendo o clientelismo e a pouca necessidade de prestar contas ao consumidor ou a quem paga as contas. "Quanto mais se privatizar, mais o eleitor verá a cor do seu dinheiro", frisa.

A entrevista de Rudiger Dornbush deve servir de alento ao novo ministro da Fazenda, Ciro Gomes, que pretende retomar a privatização e a venda dos estoques oficiais de café para obter caixa para pagar o aumento do funcionalismo civil e militar e os demais gastos correntes, sem incorrer em déficit, na necessidade de emissão de moeda ou de endividamento público — que são as premissas da estabilização.